

O «Small Business Act» (SBA), a iniciativa emblemática da UE no domínio da política para as PME, compreende dez princípios que devem orientar a concepção e a aplicação das políticas na União Europeia e nos Estados Membros. Estes princípios são fundamentais para a criação das fichas informativas. A primeira secção ilustra a importância e a estrutura das PME no país. As secções 2 e 3 analisam, para cada um dos princípios do SBA, a posição do país em comparação com a média da UE, enquanto a secção 4 resume a evolução das políticas segundo os mesmos princípios e a secção 5 apresenta um exemplo de boas práticas.

As fichas informativas por país contribuem para o acompanhamento da implementação do SBA a nível nacional. Porém, as fichas informativas do SBA não são instrumentos isolados. Não constituem uma avaliação exaustiva das políticas dos Estados Membros, devendo ser consideradas como um **complemento**, e **não um substituto**, das publicações nacionais disponíveis. Consulte a nota metodológica antes de ler esta ficha informativa do SBA.

Poderá encontrar informações sobre o desempenho de todos os países abrangidos por este exercício, bem como todas as fichas informativas por país, em:

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/index_en.htm

1. PME em Portugal – números gerais

PME em Portugal: números gerais, economia das empresas não financeiras ,2008 estimativas

	Empresas			Emprego			Valor acrescentado		
	Portugal		UE-27	Portugal		UE-27	Portugal		UE-27
	Número	%	%	Número	%	%	Milhares de milhões €	%	%
Micro	818 685	94,6%	91,8%	1 395 210	42,1%	29,7%	19	24,0%	21,0%
Pequena	40 491	4,7%	6,9%	764 746	23,1%	20,7%	17	22,3%	18,9%
Média	5 665	0,7%	1,1%	541 876	16,3%	17,0%	16	21,0%	18,0%
PME	864 841	99,9%	99,8%	2 701 832	81,4%	67,4%	52	67,3%	57,9%
Grande	803	0,1%	0,2%	615 420	18,6%	32,6%	25	32,7%	42,1%
Total	865 644	100%	100,0%	3 317 252	100,0%	100,0%	77	100,0%	100,0%

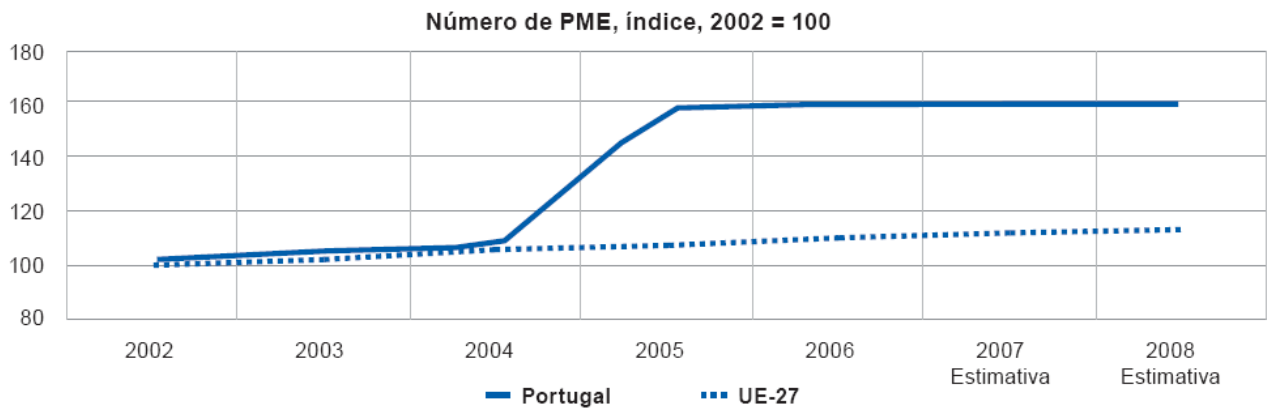
Dados relativos à economia das empresas não-financeiras (NACE C-I, K). Estimativas da EIM com base nos dados do Eurostat 2006.

Em Portugal, o sector das PME tem uma estrutura de pequena dimensão, já que existem mais micro empresas em Portugal do que na média da UE.

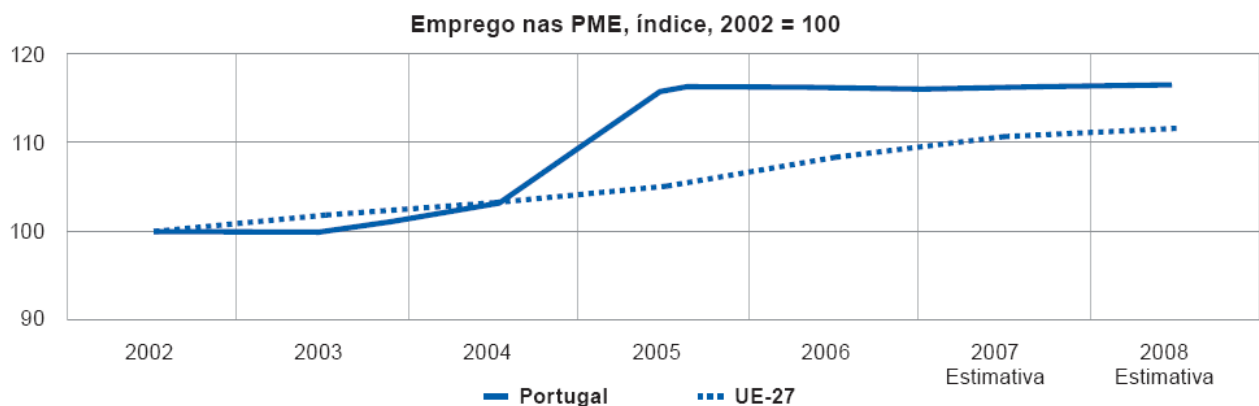
A contribuição das PME para a economia geral, medida através do valor acrescentado, também é mais elevada em Portugal (67 %) do que na UE (58 %).

As micro empresas empregam mais pessoas em Portugal (representam 42 % da força de trabalho no sector privado, contrastando com os 30 % da UE). Em consequência, a contribuição total do sector das PME (81 %) para o emprego é maior em Portugal do que na UE (67 %).

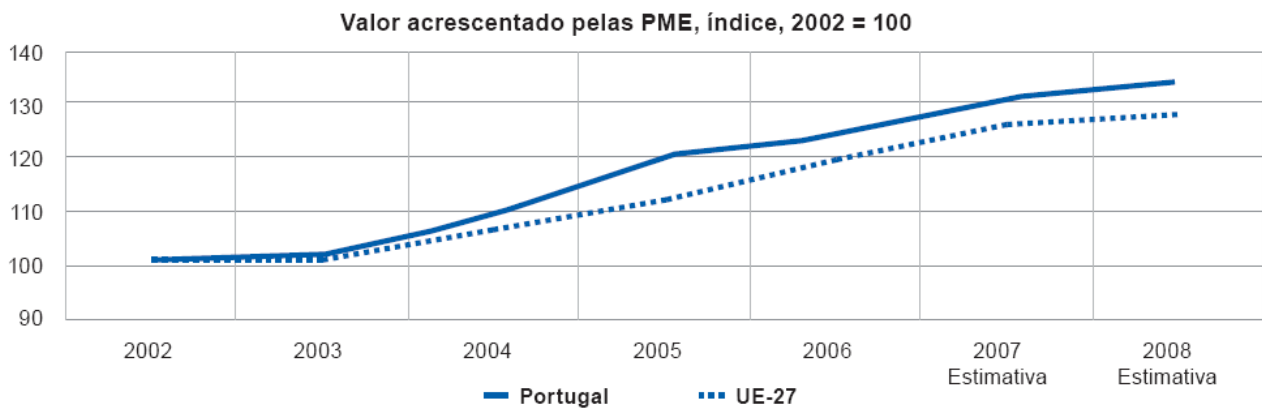
¹ Os valores constantes deste quadro foram recolhidos a partir dos dados do Eurostat SBS 2006, na sequência de um método de ajustamento e estimativa desenvolvido pela EIM Business and Policy Research. Para mais informações, consulte a nota metodológica que acompanha a ficha informativa. A vantagem de recorrer ao Eurostat reside na possibilidade de dispor de estatísticas de países diferentes, que foram harmonizadas e são susceptíveis de comparação entre si. A desvantagem reside no facto de, em alguns países, estes dados diferirem dos dados publicados pela autoridade nacional.



Entre 2002 e 2008, o número de PME cresceu 59 %, o que corresponde a uma percentagem consideravelmente elevada, atendendo ao crescimento médio registado na UE (13 %). O crescimento líquido do número de empresas teve particular incidência no grupo das micro empresas.



Durante o período de 2002-2008, o crescimento do emprego entre as PME em Portugal foi de 16 %, um valor acima da média da UE (12 %). A taxa de emprego aumentou em especial nas micro empresas.



Durante o mesmo período, o valor acrescentado gerado pelo sector das PME em Portugal cresceu de forma quase constante, na ordem dos 34 %, um valor muito acima da média de crescimento da UE, que se situou nos 28 %.

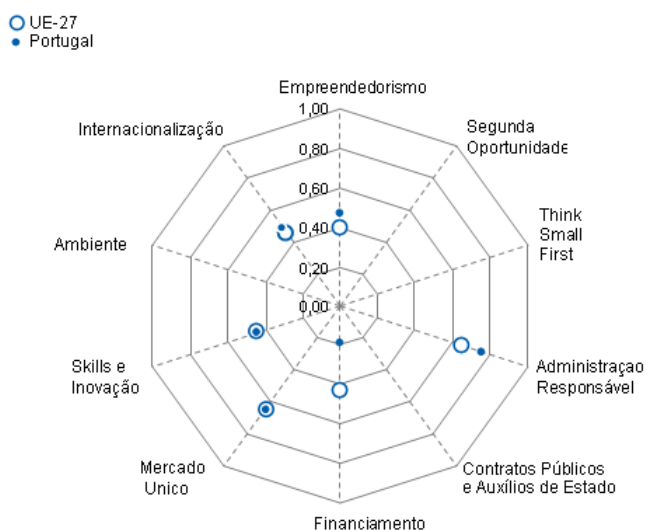
2. O perfil SBA de Portugal

Esta secção apresenta os diferentes princípios da SBA, comparando os dados de Portugal com a média da Europa a 27. A análise distingue dois tipos de indicadores: os indicadores utilizados para calcular o resultado de cada um dos princípios SBA e, adicionalmente, alguns indicadores que fornecem informação interessante mas que, por não abrangerem um número suficiente de países, não foram incluídos nesse cálculo.

Tal como demonstra o gráfico, os resultados dos países derivam dos seguintes princípios SBA: Empreendedorismo, Administração responsável, Financiamento, Mercado único, Skills e inovação e Internacionalização. Em duas áreas SBA (Empreendedorismo e Administração responsável) o resultado de Portugal está acima da média da UE.

Noutras três áreas (Mercado único, Skills e inovação e Internacionalização), está ao nível da média da UE, ao passo que na área do Financiamento, se situa abaixo da média.

Consulte o anexo para obter uma breve descrição metodológica.



I. Empreendedorismo

Em termos gerais, os dados relativos a este princípio SBA colocam Portugal acima da média da UE-27.

Ao nível dos indicadores individuais, o grau em que a escolaridade contribuiu para o desenvolvimento da atitude empreendedora dos cidadãos é significativamente mais elevado em Portugal (71 %) do que na média da UE-27 (53 %). Além disso, o índice total da actividade empreendedora em Portugal está acima da média da UE, bem como o número de pessoas com perspectivas de iniciar uma actividade empresarial no prazo de três anos (índice de futuros empreendedores). Os indicadores adicionais que apresentam resultados positivos correspondem ao número de adultos que iniciaram uma actividade empresarial na sequência do surgimento de uma oportunidade (9,4 %), bem como o índice de actividade empreendedora feminina e masculina.

A nível geral, estes indicadores atenuaram o impacto dos poucos indicadores em que Portugal apresenta valores abaixo da média, nomeadamente a baixa taxa de participação em acções de educação na área do empreendedorismo: 17 % em Portugal, comparativamente com os 32 % da UE.

II. Segunda Oportunidade

Os poucos indicadores existentes para este princípio SBA apontam para um quadro coerente, dado estarem em linha com a média da UE.

Em Portugal, a percentagem de cidadãos que consideram que as pessoas, que não foram bem sucedidas numa actividade empresarial, deveriam ter uma oportunidade para iniciar uma nova actividade empresarial é de 81 %. Os indicadores de medição dos custos, bem como do número de dias necessários para encerrar uma actividade empresarial apontam para os seguintes resultados, em média: 9 % do valor do negócio e 2 anos, respectivamente.

III. Think Small First

Os poucos indicadores existentes para este princípio SBA não apontam para um quadro coerente.

Por um lado, uma percentagem significativamente mais baixa de PME indica que enfrentam em Portugal «problemas com os procedimentos burocráticos» (23 %, face aos 33 % da UE). Ainda assim, a quantidade de PME que manifestaram concordância com os procedimentos aplicáveis, está mais próxima da média da UE-27 (29 % face aos 34 %).

Por outro lado, em Portugal as PME levam consideravelmente mais tempo a cumprir os procedimentos administrativos obrigatórios (com um valor de 17 % do total do tempo de trabalho das PME em Portugal, enquanto na UE o equivalente é de 7 %).

IV. Administração Responsável

A nível geral, os dados relativos a este princípio SBA colocam Portugal acima da média da UE-27.

O acesso à Administração Pública Electrónica tem um resultado mais elevado que a média da UE, dado que existe um maior número de serviços públicos on-line (90 % face aos 60 % da UE). Além disso, a constituição de uma empresa tem um prazo inferior (6 dias contra 17 dias na média da UE) e é menos oneroso executar um contrato em Portugal.

Estes indicadores atenuaram o impacto dos indicadores restantes, nos quais Portugal apresenta resultados similares ou abaixo da média da UE. Assim, os indicadores em que o desempenho de Portugal está ao nível da UE são os que dizem respeito aos custos e aos procedimentos relativos à criação de uma empresa (2,9 % do rendimento *per capita* e 6 procedimentos, respectivamente), o número de dias e de procedimentos para o registo de propriedade (42 dias e 5 procedimentos). Ao mesmo tempo, o custo necessário para o registo de propriedade (7,4 % do valor da propriedade), situa-se muito acima do nível da UE, que é de 4,5 %, à semelhança do índice de dificuldade de despedimento.

V. Contratos Públicos e Auxílios de Estado

O único indicador disponível é a percentagem de apoio público prestado às PME, em que Portugal apresenta valores abaixo da média da UE (2 % face a 11 % na UE).

VI. Financiamento

A nível geral, os dados disponíveis relativos a este princípio SBA colocam Portugal numa posição significativamente abaixo da média da UE-27.

Este desempenho deve-se, essencialmente, ao fraco resultado obtido pelo indicador relativo à obtenção de financiamento, que mede a protecção legal concedida aos direitos dos mutuários e dos mutuantes (3 em 10 em Portugal, face a 7 em 10 na média da UE). Outros indicadores que apresentam resultados abaixo da média dizem respeito ao prazo médio de pagamento em Portugal, em que o valor corresponde a 30 % da média do prazo contratual. Além disso, a participação prevista do Fundo Europeu Agrícola para o apoio à criação e desenvolvimento de empresas, está abaixo da média UE.

A nível geral, estes indicadores atenuaram o impacto dos restantes, em que o desempenho de Portugal está ao nível da média da UE, como por exemplo, a disponibilidade de capital de risco, em fases mais preliminares e mais avançadas de desenvolvimento, ou a cobertura dos registos públicos, que é significativamente mais elevada em Portugal (76 %) do que na UE (11 %).

VII. Mercado Único

A nível geral, os dados disponíveis relativos a este princípio SBA colocam Portugal a par da média da UE-27. Tal deve-se ao número e ao período médio de transposição das directivas que já deveriam ter sido transpostas. A nível geral, estes indicadores atenuaram o impacto dos indicadores acima ou abaixo da média da UE: a percentagem de importações provenientes da UE em relação ao total das importações (73 %) é mais

elevada em Portugal do que na UE (67 %). O número de directivas, relativas ao mercado único que já foram transpostas ou notificadas, é mais baixo do que a média da UE.

VIII. Skills e Inovação

Em termos gerais, os dados disponíveis relativos a este princípio SBA colocam Portugal ao nível da média da UE-27. Tal deve-se, essencialmente, aos indicadores de inovação, como por exemplo, o número de PME com actividades inovadoras (40 %) e a proporção do volume de negócios das PME, resultantes de produtos ou serviços novos ou melhorados de forma significativa (13 %).

Existem também alguns indicadores em que Portugal se encontra acima ou abaixo da média da UE-27. Os valores abaixo da média incluem a percentagem dos trabalhadores das PME que possuem formação académica superior (19 % em Portugal face a 30 % na UE). Os valores acima da média incluem o número de PME que recorrem ao “e-learning” para a formação dos seus funcionários (41 % em Portugal face a 29 % na UE).

IX. Ambiente

Os poucos indicadores existentes para esta área SBA não apontam para um quadro coerente. Embora o número de PME que dispõem de sistemas completos de eficiência energética corresponda à média da UE, a percentagem de PME que aplicam medidas simples de poupança de energia está acima da média da UE.

X. Internacionalização

Em termos gerais, os dados disponíveis relativos a este princípio SBA colocam Portugal ao nível da média da UE-27.

Tal deve-se, por exemplo, à percentagem de produtos (energia, matérias-primas, etc.) adquiridos ao exterior (20 %) e ao volume de negócios relativo às exportações (5 % do volume total de negócios).

O número de PME que auferem receitas de filiais ou joint-ventures no estrangeiro é significativamente mais elevado em Portugal (10 %) do que na média da UE (5 %).

O período de tempo exigido para a formalização como entidade exportadora é superior em Portugal, ao passo que para a importação o período de tempo está ao nível da média da UE.

3. Portugal: Desenvolvimento da implementação do SBA

Esta secção apresenta exemplos casuísticos das tendências dos indicadores individuais nos diferentes princípios do SBA. Tal como acontece com outros países, a falta de dados não permite efectuar uma avaliação geral dos progressos realizados por Portugal nos princípios do SBA, a um nível mais global.

I. Empreendedorismo

Os poucos indicadores existentes para este princípio SBA não apontam para um quadro coerente. Embora a taxa de propriedade empresarial tenha decrescido de 0,15 % em 2002 para 0,13 % em 2007, a taxa de constituição de empresas oscilou de ano para ano, mas demonstrou uma tendência geral positiva, dado que aumentou de 5,9 % em 2002, para 11,3 % em 2007.

II. Segunda Oportunidade

Os dois indicadores com dados cronológicos apontam para um quadro coerente, dado revelarem uma tendência para a estagnação.

Assim, tanto os custos como o número de anos para o encerramento de um negócio permaneceram constantes ao longo do tempo.

III. Think Small First

Para este princípio SBA não estavam disponíveis dados cronológicos para os indicadores individuais.

IV. Administração Responsável

Apesar de os indicadores não permitirem, em conjunto, estabelecer um quadro coerente, muitos deles revelam uma tendência para a estagnação. Assim, a maioria dos indicadores permaneceram constantes ao longo do tempo, tais como os custos do registo da propriedade, de despedimento do pessoal ou da execução de contratos. Apesar disso, outros indicadores apresentaram melhorias: enquanto que em 2006 eram necessários 11 procedimentos para constituir uma empresa, esse número foi reduzido para 6 em 2009. O indicador que mede o acesso à Administração Pública Electrónica também demonstra uma tendência crescente, na medida em que, existem cada vez mais serviços on-line disponíveis; Portugal apresenta agora um desempenho superior à média da UE.

V. Contratos Públicos e Auxílios de Estado

A proporção do total de apoio público concedido às PME é o único indicador disponível para este princípio SBA e

revela uma tendência para descer, representando apenas 2 % em 2007.

VI. Financiamento

Os indicadores existentes para este princípio SBA não permitem estabelecer um quadro coerente. Alguns destes indicadores revelam uma tendência de estagnação, tal como o indicador relativo à capacidade de obtenção de financiamento. Outros mostram uma tendência crescente como, por exemplo, a cobertura dos registos públicos e privados.

VII. Mercado Único

O único indicador disponível para esta área SBA também não permite antever um quadro coerente. Em 2002, a percentagem de importações provenientes da UE alcançou um valor máximo de 80 % do total das importações, tendo descido em 2008 para os 74 %.

VIII. Skills e Inovação

Os poucos indicadores existentes para este princípio SBA revelam uma tendência para a melhoria. Assim, o número de PME que recorrem ao “e-learning” para a formação do pessoal aumentou de 16 % em 2003 para 41 % em 2008. Outro exemplo positivo é o crescente número de PME que em Portugal desenvolvem a sua actividade on-line.

IX. Ambiente

Para este princípio SBA não estavam disponíveis dados cronológicos para os indicadores individuais.

X. Internacionalização

Os indicadores existentes para este princípio SBA apontam para um quadro coerente. Revelam, no essencial, uma certa tendência para a estagnação e medem o tempo necessário para o cumprimento dos procedimentos por parte das PME que pretendem importar e/ou exportar.



4. Desenvolvimentos nas políticas 2007-2009

No período de 2007-2009, Portugal lançou iniciativas em oito princípios do SBA, nomeadamente: Empreendedorismo, Administração responsável, Contratos Públicos e Auxílios do Estado, Financiamento, Mercado único, Skills e Inovação, Ambiente e Internacionalização. Algumas iniciativas podem enquadrar-se em mais do que um princípio SBA. Contudo, cada medida apenas será mencionada uma vez. Quando as políticas são apresentadas sob a forma de pacotes, como por exemplo, um pacote geral de reforma, os elementos relevantes estão incluídos no princípio SBA mais lógico. Os desenvolvimentos políticos a seguir apresentados são os de maior relevância:

I. Empreendedorismo

Um grande grupo de medidas e programas de apoio financiados pelos fundos estruturais e de coesão da UE foram implementados pelo Governo português, na sua maioria em 2007 e 2008. O programa QREN é a maior fonte de financiamento das iniciativas governamentais destinadas a apoiar o desenvolvimento económico do país.

O Pacote INOFIN inclui programas como o FINICIA (destinado a melhorar o acesso ao crédito e contrapartidas para empresas em início de vida), o FINCRESCER (ver área VI) e o FINTRANS, que foi lançado em Junho de 2009. O Programa FINTRANS tem por objectivo apoiar a transferência da propriedade das PME. O Programa também apoia a compra e venda das participações sociais. Os principais instrumentos do programa são a consultoria/orientação gratuita, o apoio ao funcionamento em rede e outras medidas conexas. O Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego foi aprovado em 2009 e é promovido e gerido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. O seu objectivo consiste em apoiar os beneficiários de subsídio de desemprego na criação do seu posto de trabalho. Importa ter em conta que este Programa constitui a adaptação de uma medida que foi introduzida em 1985 (Decreto-Lei n.º 20/85 de 17 de Janeiro e Portaria n.º 264/85, de 9 de Maio).

II. Segunda Oportunidade

Não há registo de iniciativas políticas nesta área.

III. Think Small First

Não há registo de iniciativas políticas nesta área.

IV. Administração Responsável

O maior desenvolvimento neste princípio é o Programa SIMPLEX que, paulatinamente, tem vindo a eliminar muitas redundâncias e complexidades da regulamentação governamental em Portugal. Todos os anos são adicionadas novas medidas ao Programa SIMPLEX. Em

2009, por exemplo, foi introduzida pela primeira vez a consulta pública em formato blog. Para consultar mais informação sobre o Programa SIMPLEX, ver o ponto 5 relativo às boas práticas.

V. Contratos Públicos e Auxílios de Estado

Foi aprovado em 2008 um conjunto de legislação que afectou as práticas relativas à contratação pública. Além de facilitar a transposição para o direito interno português de directivas comunitárias recentemente adoptadas em matéria de concorrência e transparência dos concursos públicos, esta legislação introduziu procedimentos novos e mais simples nas práticas da contratação pública. Por exemplo, através da utilização de plataformas da Internet para o lançamento de propostas e tratamento de todos os procedimentos de concurso público.

Desde 2007, que a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) promove as seguintes medidas destinadas a facilitar o acesso das PME aos concursos públicos:

- Subdivisão dos contratos em lotes específicos de bens e serviços; subdivisão dos contratos em lotes regionais.
- Possibilidade de as empresas constituírem grupos, possibilidade de fornecedores qualificados/seleccionados no acordo-quadro contratarem, para a execução parcial ou total de um contrato, outras empresas para o fornecimento de bens ou a prestação de serviços.
- Para as PME, os critérios de selecção no contexto dos concursos públicos não são mutuamente exclusivos: Pode ser exigido às PME que cumpram apenas parte e não todos dos requisitos. Isto pode contribuir para aumentar o universo de PME potencialmente elegíveis.

VI. Financiamento

A melhoria do acesso ao financiamento continua a ser uma prioridade, através da implementação do Programa INOFIN – Programa Quadro da Inovação Financeira para as PME – que inclui, entre outros, o FINCRESCER (2007). O Programa FINCRESCER, lançado em 2007, tem por objectivo disponibilizar soluções destinadas a otimizar as condições financeiras para as empresas que desenvolvem estratégias de crescimento inovadoras. Os 5 principais grupos bancários em Portugal estão envolvidos



na identificação das PME com os melhores desempenhos económicos e financeiros.

Para reduzir o atraso nos pagamentos das entidades públicas e para alcançar os padrões internacionais, foi implementado em 2008, o Programa Pagar a Tempo e Horas, complementado pelo Programa de Redução Extraordinária de Dívidas do Estado, como uma das medidas destinadas a promover as condições de liquidez da economia. Desde então, houve uma redução no tempo médio de pagamento das entidades públicas que passou de 89 dias em 2007 para 70 dias na primeira metade de 2009.

Em Julho de 2008, o Governo Português lançou uma Linha de Crédito para PME (Linha de Crédito PME Invest) destinada a conceder crédito às PME, em condições mais vantajosas que as do mercado (juro subsidiado, parte das garantias assumidas pelo sistema de garantias mútuas do Governo).

A medida tem sido implementada através do sistema bancário, responsável pela análise e aprovação das operações e pela concessão dos créditos. Esta iniciativa específica já foi renovada três vezes.

Foram adoptadas outras medidas destinadas a melhorar o financiamento das PME:

- A medida PME Consolida (FIEAE e FACCE) foi criado para facilitar as aquisições imobiliárias nas fusões.
- A incidência fiscal nas receitas de pessoas colectivas de valor inferior a 12 500 EUR foi reduzida para 12,5 %.
- Foram criados créditos de imposto para investimentos consoante a sua dimensão, através da dedução sobre o rendimento de pessoas colectivas até 25 %.
- Em 2007, foi criado o Programa «Sistema de Incentivos I&DT», Este Programa insere-se no âmbito do Programa COMPETE (ver ponto VIII – Skills e inovação).

VII. Mercado Único

O Programa do Governo «Legislar Melhor», aprovado em 2008, inclui um Sistema de Controlo dos Actos Normativos (SCAN) que tem por objectivo colocar os gabinetes ministeriais em rede, para que possam acompanhar os procedimentos de aprovação das propostas de lei. Foi criada uma base de dados para assegurar o controlo automático da transposição atempada dos actos da UE.

VIII. Skills e Inovação

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, co-financiado pelos Fundos Estruturais da UE, inclui o Programa Operacional Factores de Competitividade (Programa COMPETE), que é o Programa operacional essencial para a gestão da política de inovação. Inclui Sistemas de Incentivos (SI) para

apoiar os investimentos das empresas em inovação em áreas tecnológicas e não tecnológicas: SI Inovação, SI I&DT e SI Qualificação e Internacionalização de PME.

Em Maio de 2008, foram lançadas duas novas iniciativas, os Vales I&DT e os Vales de Inovação, no âmbito SI I&DT e SI Qualificação e Internacionalização das PME.

Estas iniciativas destinam-se a apoiar as empresas nos seus esforços para aumentar as suas capacidades técnicas, tecnológicas e de inovação, relativamente à criação de novos produtos e serviços e ao nível organizacional, estratégico ou de inovação do mercado. Assim, os projectos de PME, que impliquem a contratação prévia de entidades qualificadas nas áreas científica e tecnológica para a prestação de serviços técnicos ou tecnológicos, podem receber um financiamento até 25 000 Euros (incentivo não reembolsável).

A Academia PME foi lançada em 2009 pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação). Trata-se de uma plataforma de formação dirigida a empresários e gestores de PME. Baseia-se no “e-learning”, bem como nos processos de formação profissional tradicionais e tem por objectivo actuar como intermediário entre os prestadores de formação (centros de competências, institutos de formação, câmaras de comércio) e as PME.

Os programas concebidos para auxiliar os processos de inovação das PME foram ajustados à luz do Programa QREN em 2007, para estimular o investimento na inovação tecnológica de uma forma mais proactiva.

Outras iniciativas incluem programas governamentais específicos, concebidos para apoiar a constituição e o desenvolvimento de clusters regionais (por exemplo, na área das energias renováveis e da indústria automóvel). Apesar de, em termos gerais, atribuírem maior importância às grandes empresas, estas iniciativas ajudam a promover a inovação nas PME, seja directa (em poucos casos) ou indirectamente (na maioria dos casos).

IX. Ambiente

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, co-financiado pelos Fundos Estruturais da UE inclui o Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), que por sua vez integra o Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, orientado para investimentos relacionados com o controlo de emissões, auditorias do ambiente, gestão de resíduos, redução do nível de ruído, gestão eficiente dos recursos hídricos, introdução de tecnologias ecologicamente eficientes, bem como a certificação da gestão ambiental e do sistema comunitário de eco-gestão e auditoria (EMAS).



X. Internacionalização

Ao abrigo do QREN, existem vários sistemas de atribuição de apoios vocacionados para projectos de internacionalização das PME. Durante o período de 2007-2009 foi dada especial atenção às iniciativas colectivas. Além de apoiar as empresas individuais na sua expansão para os mercados externos (por exemplo, através do financiamento de parte das despesas das missões comerciais, da publicação de catálogos e brochuras internacionais, do desenvolvimento de estudos de pesquisa de mercado, etc.), é agora possível conceber programas de internacionalização a desenvolver conjuntamente por Associações de PME ou Câmaras de Comércio com alguns dos seus associados.

Estes programas podem conceder um subsídio que pode atingir um máximo de 85 % das despesas consideradas elegíveis.

Em Setembro de 2009, foi celebrado um Memorando de Entendimento sobre parcerias para a Internacionalização das PME, à luz do qual foi criado o Conselho Coordenador da Internacionalização (CCI), representativo do sector privado (conta com 5 representantes das duas maiores Câmaras de Comércio e da Confederação da Indústria Portuguesa) e do Governo (5 representantes dos Ministérios da Economia, Finanças e Negócios Estrangeiros, além do IAPMEI e da Agência responsável pela promoção das exportações e do investimento). Este Conselho tem por missão definir uma estratégia de internacionalização, bem como avaliar e otimizar os mecanismos e acções existentes, estabelecer prioridades e ajudar a coordenar as sinergias entre as partes interessadas no processo de internacionalização.



5. Boas práticas

Para ilustrar os esforços desenvolvidos pelo Governo para promover as PME, a informação estatística desta ficha informativa será complementada por um exemplo de boas práticas na Política das PME.

Exemplo de boa prática na política portuguesa relativa às PME

Título do Programa: SIMPLEX

Este Programa, que teve início em 2006 e está actualmente em vigor, tem por objectivo a simplificação dos processos, procedimentos e práticas administrativas do governo central português impostas aos cidadãos e às empresas.

O SIMPLEX é gerido pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, dependente do Governo português. Todos os anos, o programa identifica um número de medidas de simplificação ou iniciativas da Administração Pública Electrónica realizadas em diversas áreas. Por exemplo, a simplificação das leis e dos procedimentos com vista a torná-los menos burocráticos, através do estabelecimento de pontos únicos de contacto para a prestação de serviços informativo e transaccional, disponibilizando impressos e procedimentos em linha, etc.. O Programa envolve todos os departamentos do Governo e muitas entidades públicas, tendo sido recentemente alargado à Administração Local (já foi adoptado por 44 Câmaras Municipais). Uma entidade independente assegura o acompanhamento do Programa.

O SIMPLEX foi seleccionado como um caso de referência por diversas instituições nacionais e internacionais, incluindo o projecto «Doing Business». Em 2006, foram introduzidas 333 medidas de simplificação ou iniciativas da Administração Pública Electrónica, enquanto que em 2007 e 2008 foram introduzidas 235 e 189 iniciativas, respectivamente.

Anexo I: Indicadores SBA seleccionados para Portugal

Cada dimensão do gráfico de radar constante da secção 2 corresponde a um dos 10 princípios do SBA. Cada princípio SBA congrega os indicadores estatísticos mais recentes disponíveis, justificando o valor atribuído àquele princípio. O gráfico é semelhante ao publicado em 2008, tendo sido agora complementado com indicadores adicionais e actualizado com dados mais recentes. Foi feito um esforço para incluir sempre os dados mais recentes, ou seja, dados relativos ao ano de 2008, na maioria dos casos. A harmonização (comparação entre países) foi a principal condição de inclusão dos indicadores. Os indicadores provêm, assim, de diversas fontes internacionais (consultar infra) e não apenas de institutos nacionais de estatística. Além disso, para que um indicador seja considerado num dos princípios SBA, deve estar disponível relativamente a um número mínimo de países ou abranger uma percentagem mínima de PME em todos os países. Consulte a Nota Metodológica no sítio Web da DG Empresa e Indústria para mais informações sobre a metodologia aplicada. Poderá também consultar uma descrição detalhada de todas as variáveis e respectivas fontes.

Indicador	Último valor absoluto do país	Valor absoluto na média da UE	Ano a que se referem os valores do país	Fonte
I. EMPREENDEDORISMO				
1.1 Desejo de trabalhar por conta própria	30,00	30,71	2007	Flash Eurobarómetro n.º 192
1.2 Taxa de participação em acções de educação para o empreendedorismo	17,10	32,33	2007	Flash Eurobarómetro n.º 192
1.3 Empreendedorismo enquanto oportunidade	50,00	57,48	2007	Flash Eurobarómetro n.º 192
1.4 Taxa de empreendedorismo: percentagem de pessoas que criaram uma empresa que ainda está activa ou que estão actualmente a seguir procedimentos para criar uma empresa	26,00	23,72	2007	Flash Eurobarómetro n.º 192
1.5 Grau de contribuição do ensino escolar para o desenvolvimento de uma atitude empreendedora (%)	71,00	52,77	2007	Flash Eurobarómetro n.º 192
1.9 Taxa de sobrevivência das empresas	59,49	70,94	2006	Base de dados sobre demografia das empresas da Eurostat
1.10 Taxa de criação de empresas	11,36	10,37	2007	Base de dados sobre demografia das empresas da Eurostat
1.11 Percentagem de empresas com elevado nível de crescimento (% sobre o total)	n/d	4,30	n/d	Eurostat
1.12 Taxa de propriedade empresarial: Sector privado, com excepção do sector da agricultura, caça, florestal e pesca	0,13	0,11	2007	EIM Business & Policy Research
1.13 Índice de actividade empresarial total	8,80	5,85	2007	Global Entrepreneurship Monitor
1.16 Rácio de empreendedorismo por oportunidade e empreendedorismo por necessidade	9,38	6,24	2007	Global Entrepreneurship Monitor
II. SEGUNDA OPORTUNIDADE				
2.1 Nível de apoio para permitir uma segunda oportunidade (% favorável):	81,00	79,80	2007	Flash Eurobarómetro sobre empreendedorismo, 2007
2.2. Custo (% do Estado) para fechar uma empresa	9,00	10,72	2009	Doing Business, Banco Mundial
2.3. Número de anos para fechar uma empresa	2,00	2,09	2009	Doing Business, Banco Mundial

Indicador	Último valor absoluto do país	Valor absoluto na média da UE	Ano a que se referem os valores do país	Fonte
III. THINK SMALL FIRST				
3.1 Percentagem de apoio, entre as PME, às actuais regulamentações:	29,00	34,33	2007	Observatório Europeu das PME
3.2 Prazo necessário para cumprir as formalidades administrativas (% do tempo de trabalho total das PME):	17,00	7,48	2007	Observatório Europeu das PME
3.3 Problemas relacionados com as regulamentações administrativas	22,90	32,68	2007	Observatório Europeu das PME
IV. ADMINISTRAÇÃO RESPONSÁVEL				
4.1 Número de dias para criar uma empresa	6,00	17,20	2009	Doing Business, Banco Mundial
4.2 Custos necessários para criar uma empresa (% do rendimento per capita)	2,90	5,21	2009	Doing Business, Banco Mundial
4.6 Custos (% do valor de propriedade) para registar a propriedade	7,40	4,54	2009	Doing Business, Banco Mundial
4.7 Contratos de execução - custos (% de pedidos)	14,20	19,80	2009	Doing Business, Banco Mundial
4.8 Disponibilidade de serviços de e-government (lado da oferta) - disponibilidade de serviços de e-government online	90,00	59,48	2007	Eurostat
4.10 Número de procedimentos para criar uma empresa	6,00	6,16	2009	Doing Business, Banco Mundial
4.14 Número de procedimentos para registar uma propriedade	5,00	5,16	2009	Doing Business, Banco Mundial
4.15 Número de dias para registar uma propriedade	42,00	61,12	2009	Doing Business, Banco Mundial
V. CONTRATOS PÚBLICOS E AUXÍLIOS DO ESTADO				
5.1 Percentagem de PME em termos de valor de contrato em concursos públicos:	n/d	n/d	n/d	Relatório da CE
5.2 Percentagem da ajuda estatal total atribuída às PME	2,00	10,60	2007	Painel de avaliação dos auxílios de Estado
VI. FINANCIAMENTO				
6.1 Capital de risco – fase inicial em relação ao PIB	0,02	0,02	2007	ECVA
6.2 Capital de risco – fase de expansão em relação ao PIB	0,05	0,08	2007	ECVA
6.3 Nível das garantias para PME (em relação ao PIB)	0,19	0,24	2007	Índice de financiamento das empresas
6.4 Obtenção de crédito: Índice de eficiência dos direitos legais (0-10)	3,00	6,64	2009	Doing Business, Banco Mundial
6.5 Obtenção de crédito: Índice de alcance das informações de crédito (0-6)	4,00	4,52	2009	Doing Business, Banco Mundial
6.6 Diferença nas taxas de juro entre empréstimos até 1 milhão de euros e empréstimos superiores a 1 milhão de euros	1,92	1,00	2009	BCE, Estatísticas sobre taxas de juro das IFM
6.9 Média de atrasos nos pagamentos (% dos dias de contrato):	30,00	16,41	2009	Intrum Justitia
6.10 Percentagem de pagamentos não recuperados (% do total)	2,70	2,50	2009	Intrum Justitia
6.11 Percentagem de PME que enfrentaram dificuldades no acesso ao financiamento	23,90	21,06	2007	Observatório Europeu das PME
VII. MERCADO ÚNICO				
7.1 Período médio de atrasos na transposição de directivas que já deveriam ter sido transpostas – em meses	8,70	9,86	2008	DG MARKT
7.2 Directivas relativas ao mercado único - % transpostas ou notificadas	98,10	98,96	2008	Painel de avaliação do Mercado Único
7.3 Número de directivas cuja transposição tem um atraso de 2 anos	2,00	2,28	2008	Painel de avaliação sobre mercado único
7.4 Proporção de PME que exportam para o mercado comunitário em relação ao número total de PME (em número de empresas):	0,01	0,03	2008	Projecto-piloto sobre comércio externo, da Eurostat

Indicador	Último valor absoluto do país	Valor absoluto na média da UE	Ano a que se referem os valores do país	Fonte
VIII. SKILLS E INOVAÇÃO				
8.1 Percentagem de empresas que fizeram aquisições online durante o último ano civil (PME: com 10 a 250 trabalhadores)	20,00	23,52	2008	Eurostat, ciência e tecnologia
8.2 Percentagem de empresas que receberam encomendas online durante o último ano civil (PME: com 10 a 250 trabalhadores)	18,00	12,81	2008	Eurostat, ciência e tecnologia
8.3 PME que promovem a inovação interna, em percentagem do número total de PME (10-250 trabalhadores)	34,10	30,33	2006	EUROSTAT, CIS
8.4 Empresas que introduziram inovações a nível organizacional e/ou comercial, em percentagem do número total de PME (10-250 trabalhadores)	33,11	27,28	2006	EUROSTAT, CIS
8.5 PME inovadoras que colaboram com outras empresas, em percentagem do número total de PME (10-250 trabalhadores)	6,70	11,62	2006	EUROSTAT, CIS
8.6 PME que exercem actividades inovadoras (10-250 trabalhadores)	40,40	35,59	2006	EUROSTAT, CIS
8.7 Percentagem de PME que oferecem produtos novos ou rendimentos de produtos novos	60,10	63,77	2007	Observatório Europeu das PME
8.8 Percentagem do volume de negócio de PME gerado com novos produtos e serviços ou com produtos e serviços melhorados	13,00	12,30	2007	Observatório Europeu das PME
8.9 Percentagem do pessoal das PME que possui um curso do ensino superior	19,00	30,44	2007	Observatório Europeu das PME
IX. AMBIENTE				
9.1 Percentagem de PME que possuem sistemas completos de eficiência energética	5,00	4,26	2007	Observatório Europeu das PME
9.2 Percentagem de PME que aplicam medidas de poupança de energia	34,00	28,44	2007	Observatório Europeu das PME
X. INTERNACIONALIZAÇÃO				
10.1 Percentagem do volume de negócios gerada por exportações (% do total)	5,00	5,58	2006	Observatório Europeu das PME
10.2 Percentagem de PME que auferem rendimentos de filiais e/ou parcerias no estrangeiro (%):	10,30	4,76	2006	Observatório Europeu das PME
10.4 Número de dias necessários para exportar	16,00	11,25	2009	Doing Business, Banco Mundial
10.5 Número de dias necessários para importar	16,00	13,44	2009	Doing Business, Banco Mundial
10.6 Proporção de PME que exportam para fora da UE-27 em relação ao número total de PME (em número de empresas)	n/d	n/d	2005	Projecto-piloto sobre comércio externo, da Eurostat
10.10 PME que realizaram importações em 2006-2008	40,33	39,17	2008	DG ENTR, Estudo sobre a internacionalização das PME
10.11 PME que realizaram exportações directas em 2006-2008	32,69	27,13	2008	DG ENTR, Estudo sobre a internacionalização das PME
10.12 PME que investiram no estrangeiro em 2006-2008	0,32	3,68	2008	DG ENTR, Estudo sobre a internacionalização das PME

Nota: Os indicadores de selecção acima apresentados constituem uma amostra dos dados utilizados para elaborar o gráfico de radar deste país. A maioria dos indicadores (embora não todos) foi utilizada para calcular as médias em destaque no gráfico. Importa ter em conta que nem todos os indicadores possuem dados actualizados anualmente.